

NEGOCIANTE E SENHOR DE ENGENHO NO ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS: A TRAJETÓRIA DE INÁCIO FRANCISCO DE ARAÚJO NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO. c. 1688-1742.

MERCHANT AND PLANTATION OWNER IN THE OLD REGIME IN THE TROPICS: THE TRAJECTORY OF INÁCIO FRANCISCO DE ARAÚJO IN THE CAPTAINCY OF RIO DE JANEIRO, C. 1688-1742.

CARLITO LOPES DE OLIVEIRA JUNIOR¹

Resumo: A estrutura econômica colonial do Rio de Janeiro formou-se em torno da produção açucareira nos séculos XVII e XVIII, consolidando-se após a expulsão dos indígenas do litoral. Nesse período, uma elite mercantil se desenvolveu na praça do Rio de Janeiro, enquanto a elite agrária se afirmava nas freguesias rurais. Destaca-se o capitão Inácio Francisco de Araújo, natural de Braga (Portugal), cuja atuação na Capitania ao longo do século XVIII exemplifica a interseção entre as esferas mercantil e agrária. Como senhor de engenho e grande proprietário, sua trajetória evidencia as formas de inserção e mobilidade da elite colonial, articulando interesses econômicos, redes familiares e poder político na formação da sociedade fluminense.

Palavras-chave: estrutura colonial, classe mercantil, Rio de Janeiro.

Abstract: The colonial economic structure of Rio de Janeiro was shaped around sugar production in the 17th and 18th centuries, consolidating after the expulsion of Indigenous peoples from the coast. During this period, a mercantile elite emerged in the city of Rio de Janeiro, while an agrarian elite established itself in the rural parishes. Notably, Captain Inácio Francisco de Araújo, a native of Braga (Portugal), exemplified the intersection between mercantile and agrarian spheres through his activities in the captaincy throughout the 18th century. As a sugar mill owner and large landholder, his trajectory reveals the forms of insertion and mobility of the colonial elite, intertwining economic interests, family networks, and political power in the formation of Fluminense society.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Coordenador de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos de Magé. (Email: carlitolopes@id.uff.br)

Keywords: colonial structures. mercantile class. Rio de Janeiro.

Introdução

A consolidação da colonização portuguesa no litoral brasileiro, após a expulsão dos povos indígenas, teve como base a produção açucareira, especialmente no Rio de Janeiro, entre os séculos XVII e XVIII. Nesse contexto, estruturou-se uma sociedade marcada pela formação de uma elite mercantil na cidade e de uma elite agrária nas áreas rurais, ambas articuladas em torno do comércio atlântico e da exploração da terra. É nesse cenário que se insere o capitão Inácio Francisco de Araújo (c. ?–1742), natural de Requião, Vila Nova de Famalicão, Braga (Portugal), que emigrou para a Capitania do Rio de Janeiro, onde construiu trajetória expressiva como negociante, senhor de engenho e proprietário de terras. Sua atuação possibilita compreender as dinâmicas de inserção e mobilidade social da elite luso-brasileira, permitindo compreender as interconexões entre o mundo mercantil e o agrário no Antigo Regime nos Trópicos.

A partir da segunda metade do século XVI, os negociantes de grosso trato e comerciantes começaram a formar uma classe de grande relevância econômica e social². Esses indivíduos desempenhavam um papel fundamental na estrutura comercial da época, especialmente na praça mercantil do Rio de Janeiro. A atividade comercial intensa que eles promoviam não apenas facilitou as trocas comerciais, mas também foi essencial para o crescimento e fortalecimento do porto do Rio de Janeiro, que se tornava cada vez mais um ponto estratégico no cenário econômico do Brasil e da América Portuguesa.

Esse crescimento do porto e da cidade do Rio de Janeiro estava intimamente ligado à expansão da cultura canavieira nas freguesias rurais ao redor da cidade. A cultura do açúcar, impulsionada pelo sistema de sesmarias – forma de concessão de terras pela Coroa Portuguesa –, visava a produção para abastecer o mercado interno, suprindo as necessidades alimentares e econômicas da cidade e a produção em larga escala para o comércio externo.

² Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Tese (Doutorado em Sociologia). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995; FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (séculos XVIII e XIX). *História: Questões & debates*, Curitiba, n. 36, 2002, p. 379-423.

O açúcar produzido nessas regiões se tornava um dos principais produtos de exportação do Brasil, reforçando a importância econômica do Rio de Janeiro como um dos maiores entrepostos comerciais do império português, que gradualmente foi ocupando a função desempenhada pelo porto de São Salvador.

As sesmarias eram vastas extensões de terra concedidas pela Coroa Portuguesa a indivíduos ou grupos que se comprometessesem a torná-las produtivas³. Esse modelo visava fomentar a agricultura e garantir o desenvolvimento da colônia, assegurando que as terras não ficassesem improdutivas. No caso específico do Rio de Janeiro, essa política contribuiu para a expansão da produção canavieira, que, por sua vez, impulsionou o crescimento econômico da região e favoreceu o surgimento da praça mercantil do Rio de Janeiro, que estava localizada na rota comercial envolvendo importantes locais para o comércio do império luso, como Angola e a bacia do Prata. Segundo Fragoso⁴, o Rio de Janeiro comercializava aguardente e alimentos para os cativos africanos que eram vendidos para os proprietários no Prata, que contribuíram para formar o patrimônio dos senhores de engenho do Rio. Dessa maneira, a interação entre o comércio mercantil promovido pelos grandes negociantes e a expansão da cultura canavieira nas áreas rurais criou uma dinâmica econômica que foi fundamental para o desenvolvimento do Rio de Janeiro.

Com o monopólio português do açúcar a partir da segunda metade do século XVI, a Coroa Portuguesa almejava expandir a sua produção para além da ilha da Madeira e as áreas produtivas do nordeste⁵. Dessa forma, as terras ao redor da Baía de Guanabara tornaram-se uma área de grande relevância para estabelecer as freguesias rurais, onde a atuação de senhores de engenho e lavradores se intensificou, especialmente a partir do início do século XVIII. A consolidação progressiva do Rio de Janeiro como centro irradiador para o centro-sul

³ Cf. LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil séculos XVII e XVIII. In. **Tempo**. Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n.2, pp. 132-150, 1996; LIMA, Rui Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. Goiânia: Editora UFG, 2002; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **História e Direito: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros no Rio de Janeiro (século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002; NOZOE, Nelson. Sesmarias e aposseamento de terras no Brasil Colônia. **Economia**, v. 7, n. 3, set/out 2006, pp. 587-605.

⁴ Cf. FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista Bicalho; GOUVÉA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 38.

⁵ Cf. LOBO, Eulália M. L. O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. **Revista de História**, v. 51, n. 101, p. 49–106. São Paulo, 1975.

e como concorrente da Bahia, após a descoberta do ouro, fez com que a cidade se tornasse o principal fornecedor para Minas Gerais. Esse contexto favoreceu o desenvolvimento gradual das demais freguesias da região.

A formação geográfica da Baía de Guanabara oferece condições propícias para o desenvolvimento agrícola e comercial⁶. Os rios navegáveis favoreceram a criação de portos ao longo de suas margens e na orla da baía, facilitando o escoamento da produção agrícola. No século XVII, a abertura do Caminho Novo por Garcia Paes integrou a região à dinâmica econômica entre o porto do Rio de Janeiro e o interior do Brasil, especialmente com a Capitania de Minas Gerais, estabelecida em 1720.

As principais fontes utilizadas neste estudo provêm do banco de dados Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara (séculos XVII e XVIII), organizado por Maurício de Abreu, que reúne escrituras dos Ofícios de Notas do Rio de Janeiro, disponíveis no Arquivo Nacional e acessíveis em <https://mauricioabreu.com.br/escrituras>. Ao pesquisar nomes relacionados ao nosso objeto de pesquisa, foi possível comparar e elencar a atividade no mercado de terras e atividades agrárias, como senhor de engenho e envolvido no negócio da aguardente, como também investigar nomes elencados na família de Barros de Miranda e Souto Maior, com vistas a entender a rede mercantil que, oportunamente, foi base para a rede agrária de engenhos no recôncavo guanabarino.

Terra, engenhos, negociantes e mercado imperfeito

A história agrária tem se consolidado como um campo de estudo cada vez mais relevante na historiografia desde a década de 1990, refletindo interesse crescente em entender as complexas relações entre o homem e a terra ao longo do tempo. Esse enfoque tem permitido uma investigação aprofundada acerca das práticas agrícolas, das estruturas de posse, uso e administração da terra, aspectos centrais para a compreensão das sociedades em diferentes contextos históricos.

A forma de se trabalhar com a perspectiva da história da terra e, no que toca ao presente trabalho, a história social da propriedade, merecem a devida atenção por meio de

⁶ Cf. ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**, 1 vol. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

certos paradigmas para compreender a relação imbricada do homem e da terra. Em seu capítulo sobre a história agrária, Linhares aponta algumas possibilidades de abordar a história agrária que podem lançar luzes ao nosso objeto, isto é, as formas de apropriação e uso da terra, o seu estatuto jurídico e as relações comerciais possibilitadas pela terra enquanto propriedade⁷.

A colonização e valoração das terras fluminenses, como dito anteriormente, formaram as freguesias rurais nas quais os primeiros engenhos de açúcar do recôncavo iriam se formar. Esses colonos que permaneceram no recôncavo guanabarinho após atuarem na conquista da região foram beneficiados com a “distribuição de mercês que viabilizou uma acumulação de riquezas que mais adiante se transformaria em engenhos de açúcar, ou melhor, na própria economia da plantation”⁸.

Segundo Fridman, entre 1634 e 1697, foram criadas 16 freguesias no Rio de Janeiro. Dentre elas, as freguesias de Irajá, Meriti, São Gonçalo, Suruí, Jacutinga, Itaboraí, Pilar do Iguaçu, Piedade do Iguaçu, Piedade de Inhomirim e Piedade de Magé estavam inseridas no recorte geográfico proposto em nosso estudo, isto é, o recôncavo do Rio de Janeiro⁹. Algumas dessas freguesias se tornaram importantes vilas de comércio ao fim do século XVIII e início do XIX, em especial Iguaçu, Magé, Itaboraí e, desmembrando freguesias de Magé, Iguaçu e Paraíba do Sul, Estrela, cujo porto homônimo se configurou na *boca das Minas*, sendo a principal rota comercial após a abertura da variante do Caminho Novo das Minas Gerais¹⁰.

A base agrária formada pelos engenhos de açúcar e os negociantes e comerciantes ditaram o ritmo econômico da capitania fluminense. Porém, com o aumento do fluxo do infame comércio de escravizados para atender as demandas das unidades agrícolas, engenhos e, após a descoberta do ouro, com todo o sistema de exploração aurífera, muitos desses proprietários de terras, que também eram senhores de engenho e negociantes do negócio açucareiro estiveram ligados ao tráfico negreiro. Sobre isso, Machado em sua tese descreve que:

⁷ Cf. LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In. CARDOSO, Ciro Flammarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁸ Cf. FRAGOSO, João. *Op. Cit.*, 2001, p. 46.

⁹ Cf. FRIDMAN, Fania. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. In. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 49, 91-143. São Paulo, 2009.

¹⁰ Também conhecido como Caminho do Proença ou Caminho do Inhomirim.

Nas cercanias do Recôncavo da Guanabara, ocorreram mudanças estruturais do século XVII para o XVIII, entre elas: um grande crescimento populacional, o boom do tráfico de cativos e a transformação do Rio de Janeiro em principal praça mercantil do Atlântico luso e em centro fornecedor de mercadorias e escravos para diferentes mercados regionais americanos. Neste contexto, houve a consolidação de uma poderosa comunidade de comerciantes, denominados homens de negócio. Mas, apesar de comerciantes possuírem grandes somas de dinheiro e de muitas famílias descendentes dos conquistadores estarem falidas, os homens de negócio eram repelidos, até dado momento do século XVIII, do poder político da capitania, ainda ditado por antigas famílias. Por isso, comerciantes casavam e estabeleciam parentesco ritual (ritos que criam parentesco, como, por exemplo, o compadrio por meio do batismo) com a nobreza da terra.¹¹

A nobreza da terra era composta por indivíduos que integravam a elite local e recebiam mercês e privilégios, tanto da Coroa, por meio de concessões aos familiares dos conquistadores, quanto da Câmara Municipal¹². A hierarquia social, fundamentada nas diferenças de status, oferecia oportunidades para o acúmulo de capital e a inserção em espaços de negociações mais vantajosas, características típicas de uma sociedade do Antigo Regime. Nas freguesias rurais, a atuação dessa elite era mais incisiva, especialmente no controle político e social, incluindo o acesso à terra. Embora muitos desses nobres da terra não possuissem títulos de fidalgo, exerciam um poder similar, controlando o acesso a cargos e posições influentes.

Esse comportamento era evidente, sobretudo, na nobreza da terra fluminense e em sua estreita relação com a posse de terras. Fragoso assinala que a nobreza da terra encontrou um de seus momentos decisivos na concessão das sesmarias, que não eram apenas quaisquer terras, mas sim aquelas situadas nas proximidades das aldeias temiminós, conforme indicado. Esse fenômeno sugere a possibilidade de defesa por meio de flecheiros e o acesso à mão de obra para suas lavouras. Essas práticas refletem o que já acontecia no recôncavo baiano, em Pernambuco e em São Paulo¹³.

A partir das informações da dinâmica socioeconômica que ocasionou as mudanças estruturais supracitadas, as relações familiares em torno da atividade mercantil e do mercado de terras são elementos interessantes para discutirmos aqui, em especial a partir das

¹¹ MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues. **O governo dos engenhos no Recôncavo da Guanabara (Século XVIII)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. p. 17.

¹² Cf. LOBO, Eulália M. L. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. 2^a ed. amp. Hucitec. São Paulo, 2024.

¹³ FRAGOSO, João. **A sociedade perfeita: as origens da desigualdade social no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2024. p. 122.

informações trazidas por Sampaio¹⁴. O autor demonstra como o casamento entre as famílias de negociantes e demais envolvidos na atividade mercantil foi importante para o surgimento dessa nova classe social: os negociantes de grosso trato. Estes, em muitos casos, também foram grandes proprietários de terra ou tiveram forte atuação no mercado de terras. Isso porque a sociedade colonial fluminense era estritamente agrária, o que demonstra um desenvolvimento econômico a partir da inserção da praça mercantil do Rio de Janeiro na circulação econômica do Império Português.

O século XVIII marca, portanto, a consolidação da elite mercantil, especialmente após as medidas impostas pela Coroa para restringir o comércio de navios estrangeiros na colônia, beneficiando diretamente os mercadores locais em detrimento de holandeses e ingleses. Com a descoberta do ouro, negociantes como André de Barros Miranda passaram a participar das contratações para as Minas, obtendo lucros tanto com a atividade aurífera quanto com o fornecimento de suprimentos comercializados para a Capitania de Minas Gerais.

A classe mercantil e os senhores de engenho encontram na Câmara Municipal o palco principal das disputas de interesses. Como demonstra Lobo, os comerciantes exportadores superaram os grandes fazendeiros no embate para favorecer os seus negócios, porém, não se entende aqui que não existiam indivíduos que flutuavam entre o trato mercantil e os engenhos, como pretendemos demonstrar¹⁵. A formação dessa primeira elite senhorial em torno dos engenhos foi possível apenas a partir da posse de terras, mercês e privilégios, encontrando nos enlaces matrimoniais a forma para manter o patrimônio, selar alianças e proteger os seus interesses. Em que pese a relevância dos proprietários de terra e senhores de engenho em nossa análise, justamente por movimentar uma quantia considerável de recursos monetários:

Comecemos pelos negócios rurais. Sua imponência, à primeira vista, permanece, pois tais negócios ainda são capazes de monopolizar 2/3 do total de recursos aplicados na aquisição dos mais diversos bens, mas parte de seu vigor começa a ceder. Por mais impressionante que seja, sua participação no valor total é bem inferior à verificada na última década do século XVII. E isto não tem qualquer ligação com o número de escrituras. Sua parcela de 45% em relação ao número total é digna do século anterior. O que ocorre é uma menor elevação de seu valor médio frente aos dos demais bens transacionados. Comparando mais uma vez com a última década do XVII, veremos que esta variação é de 202,98%

¹⁴ SAMPAIO, Antônio C. J. de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade dos setecentos. In: Fragoso, João, Almeida, Carla; Sampaio, Antônio C. J. (org.). **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁵ LOBO, EULÁLIA L. M. *Op. Cit.* p. 57.

para os negócios rurais, 341,33% para os negócios urbanos, 773% para as embarcações e 1.183% para as chácaras. Em outras palavras, embora permaneçam com o maior valor médio entre as escrituras (1:629\$079), as transações com bens agrários vêm sua importância relativa começar a decair.¹⁶

Em sua tese de doutorado, Machado¹⁷ defende que o controle dos engenhos por famílias senhoriais estabelecidas no Recôncavo da Guanabara foi profundamente afetado pelas mudanças políticas, econômicas e sociais do século XVIII. Enquanto muitas dessas famílias enfrentaram a falência, outras ascenderam a posições de destaque na sociedade, incluindo a aquisição de novos engenhos.

Famílias como os Andrade Souto Maior e de Inácio Francisco de Araújo, principal personagem do presente estudo, e seu irmão, empregaram diversas estratégias para manter o controle sobre engenhos, escravos e dependentes por mais de um século. Os Souto Maior, por exemplo, destacara-se como família de senhores de engenhos, perdurando por diversas gerações, com alguns membros ganhando privilégios e títulos de nobreza, como Manoel Inácio de Andrade Souto Maior, marquês de Olinda, e Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, que atuou como camarista imperial. A família também foi proprietária de terras na freguesia de Marapicu¹⁸.

O estudo das trajetórias dessas famílias permite uma análise detalhada das complexas dinâmicas que moldam a elite local, demonstrando as continuidades e as rupturas que ocorrem ao longo do tempo. Essas famílias, ao longo de gerações, utilizaram estratégias variadas para expandir ou preservar seu patrimônio, muitas vezes recorrendo a alianças matrimoniais e parcerias comerciais para consolidar seu poder e influência.

A entrada de novos membros nesse grupo social, especialmente aqueles provenientes do comércio, ilustra como a elite local não era formada apenas pela nobreza da terra, mas por vários grupos que buscavam garantir os seus interesses. Comerciantes, muitas vezes enriquecidos através do comércio de bens, escravos ou terras, buscavam ascender socialmente ao se inserir nas famílias já estabelecidas, em muitos casos as primeiras famílias a se consolidarem na capitania, trazendo com eles novos capitais e habilidades que poderiam fortalecer ainda mais as redes de poder existentes.

¹⁶ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Na curva do tempo: a economia fluminense na primeira metade do século XVIII. **Mnemosine Revista**, v. 1, p. 134-152, 2010, p. 141.

¹⁷ MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues. *Op. Cit.*

¹⁸ *Ibidem.*

A relação dessas famílias com o mercado de terras, descrito como "imperfeito", também é de extrema importância para compreender a manutenção e expansão de seu poder. Nesse mercado, as transações não seguiam necessariamente as regras do mercado livre e aberto, sendo frequentemente influenciadas por redes de favor e privilégios como base de seu enriquecimento¹⁹. A análise dessas trajetórias, portanto, oferece uma visão complexa das formas como o poder era negociado, mantido e expandido dentro das estruturas sociais das comunidades.

Desde o início da colonização portuguesa, garantir a presença de colonos e tornar a terra produtiva para o surgimento de um possível núcleo populacional organizado foram os grandes desafios. A política de concessão de sesmarias, prática herdada do costume português do período medieval, é adotada para a valoração da terra, isto é, conferir outro valor, para, ao menos, possibilitar a produção de maneira eficaz para atender a demanda interna. As sesmarias configuraram-se em privilégios reais para atender o bem comum e o proveito geral.

O conceito de mercado imperfeito foi formulado por Witold Kula na sua clássica obra *Problemas y métodos de la história económica*²⁰, na qual o autor defende que o mercado imperfeito refere-se a um sistema econômico em que as condições ideais de um mercado livre e eficiente não são plenamente atingidas, devido a intervenção estatal, a concessão de privilégios ou a disparidade de poder, como podemos observar entre senhores e colonos, sendo esses senhores grandes proprietários e com poder político nas Câmaras Municipais, onde atuavam para impor seus interesses e angariar privilégios. A desigualdade de acesso aos cargos públicos ampliaria as disparidades econômicas, evidenciando o caráter restrito e arcaico do mercado de terras dominado pela agroexportação, com raízes em relações de produção pré-capitalistas.

Outro fator importante que precisamos levar em consideração ao abordarmos o mercado imperfeito é a influência do pensamento religioso do homo fidei próprio do período colonial. Para exemplificar a práxis do homo fidei, temos a doação de terra realizada por Jorge Ferreira aos beneditinos em uma ilha no rio Iguaçu e mais 300 braças sertão adentro. Sua filha, a marquesa Ferreira, esposa de Cristóvão Monteiro, ouvidor da cidade entre 1568 e

¹⁹ PEDROZA, M. Passa-se uma engenhoca: ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). **Varia Historia**, v. 26, n. 43, p. 241–266, jun. 2010.

²⁰ KULA, Witold. **Problemas y métodos de la historia económica**. Barcelona: Península, 1977.

1572, cavaleiro fidalgo da Casa Real e também um dos conquistadores do Rio de Janeiro, seguiu o exemplo do pai e, em 1596, concedeu meia légua de terras em Iguaçu, incluindo uma fazenda, roças, pomares e casas de telhas²¹.

A práxis religiosa e a mentalidade do homem colonial exerciam uma influência significativa sobre as práticas e comportamentos dos indivíduos em relação à sociedade da época, embora houvesse casos específicos que poderiam desviar dessa tendência geral. Desde o início da colonização, no século XVI, extensas propriedades rurais foram concedidas, muitas vezes como parte de um sistema de concessões que visava fomentar a exploração e a colonização das novas terras. Essas concessões eram especialmente notáveis quando vinculadas às ordens religiosas, que receberam grandes quantidades de terras como parte de suas atividades missionárias e de evangelização.

A presença de grandes áreas de terras sob a administração dessas ordens permitia uma flexibilidade considerável na gestão dessas propriedades. Os donos das terras, em muitos casos, eram capazes de arrendá-las para outros colonos ou proprietários sem enfrentar grandes perdas financeiras. Isso se devia, em parte, à abundância de terras disponíveis, o que minimizava o impacto econômico de eventuais falências ou inadimplências por parte dos arrendatários, porém, por outro lado, a indefinição da marcação dos terrenos poderiam gerar conflitos e solicitação para demarcação das terras concedidas.

Esse sistema de concessão e arrendamento refletia e, ao mesmo tempo, reforçava a mentalidade colonial da época, que era marcada por uma visão de posse e controle sobre grandes extensões de terra como forma de poder e influência social, cunhada em alguns casos como classe senhorial e em outras como nobres da terra. A práxis religiosa, ao conferir legitimidade e suporte institucional às posses de terras, também moldava as relações sociais e econômicas, impactando como as propriedades eram administradas e como as práticas individuais eram percebidas dentro do contexto mais amplo da sociedade colonial.

A falta de definição precisa dos limites dessas propriedades, que causava constantes conflitos, levava os proprietários a manterem posseiros em suas terras como forma de fortalecer seu direito sobre elas. Soma-se a isto a dinâmica de enlaces matrimoniais e a

²¹ SOUZA, Jorge Victor de Araújo. Poder local entre ora et labora: a casa beneditina nas tramas do Rio de Janeiro seiscentista. **Revista Tempo**, v. 18, n. 32, p. 69–94, 2012.

formação de uma comunidade mercantil, como analisado por Sampaio²². Com a família de Inácio Francisco de Araújo e de Joana de Barros não foi diferente.

A trajetória de Inácio Francisco de Araújo na Capitania do Rio de Janeiro

A formação de uma comunidade de negociantes foi determinante para a boa empresa na organização e estabilização dessa elite mercantil, sobretudo frente aos interesses de outras classes de grande força no cenário político, como os grandes proprietários de terras. Na transição do século XVII para o XVIII, as tensões entre as elites agrária e mercantis estiveram em disputa até mesmo na Câmara Municipal do Rio²³, a partir da formação de grupos que foram se organizando para atender os seus interesses.

Dentro desse ínterim, é importante ressaltar a fluidez entre *homens de negócio* e *senhor de engenho*. Ou seja, a atuação de um indivíduo como homem de negócio, mercador, mascate, etc., não impossibilita a sua ação conjunta ou a transição para atividade de senhor de engenho e proprietários de terras em um segundo momento ou até mesmo a transição definitiva de homem de negócios para a atividade de senhor de engenho, buscando uma maior estabilidade diante das flutuações e incertezas do trato mercantil²⁴. Apesar do antagonismo presenciado por alguns homens da praça do Rio de Janeiro frente aos fazendeiros e proprietários.

Essa dinâmica ressalta a complexidade intrincada das relações sociais e econômicas da época colonial, em que a elite mercantil estava em constante movimento para consolidar e expandir seu poder. Em um cenário marcado pela volatilidade econômica e pela competição por recursos e influência, os negociantes praticavam, além do comércio, outras maneiras de adaptar suas estratégias para se afirmar frente aos grandes proprietários de terra, que tradicionalmente detinham o controle sobre vastas extensões territoriais e a produção agrícola, especialmente de produtos como o açúcar.

²² SAMPAIO, Antônio C. J. de. *Op. Cit.*

²³ LOBO, EULÁLIA L. M. *Op. Cit*

²⁴ FRAGOSO, João; Florentino, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

A elite mercantil, ciente das limitações e dos riscos inerentes às atividades comerciais, que eram suscetíveis a flutuações nos mercados internacionais, mudanças nas políticas coloniais e variações na oferta e demanda, adotava uma série de estratégias para diversificar suas atividades econômicas. Essa diversificação incluía o investimento em propriedades rurais, o que lhes permitia não apenas garantir uma fonte de renda mais estável, mas também entrar na elite agrária.

Em muitos casos, os enlaces matrimoniais foram importantes para a formação de redes de homens de negócios, onde os sogros buscavam genros que seguissem a carreira, como Francisco Inácio de Araújo ao se casar com Joana de Barros, em 1688, sendo um exemplo da importância de estabelecer relações de parentescos para boa empresa na praça mercantil do Rio de Janeiro²⁵. O sogro de Inácio, André de Barros de Miranda, que tinha parentesco com os comerciantes Luís Fernando Crato e André Mendes da Silva, atuava como contratador para as Minas. De acordo com Pedreira, “o carácter estrutural da emigração minhota e as redes que se teciam com base em laços de parentesco, em relações de amizade e vizinhança ou nos próprios contactos do negócio propiciavam a reprodução do movimento migratório e até dos itinerários pessoais”, ou seja, a elite mercantil que se desenvolveu ao longo do período colonial baseava-se nos matrimônios, muitas vezes em casamentos arranjados e outras relações pessoais²⁶.

Aproveitando-se de sua situação social, as famílias da nobreza da terra e as que estavam ligadas diretamente à comunidade mercantil, como a família de André de Barros Miranda, empregaram diversas estratégias para aumentar sua riqueza e poder. Entre elas, estavam a obtenção de terras gratuitas, a cobrança de dívidas não contraídas e a manipulação de sistemas financeiros e de influência. Essa conduta, respaldada por uma cultura que a aceitava, demonstra uma das características da economia política da elite em um contexto de mercado marcado por imperfeições.

Além da sua atuação como negociante, o capitão Inácio Francisco de Araújo foi um relevante proprietário de terras e senhor de engenho no recôncavo do Rio de Janeiro, atuante no negócio de terras e engenhos. A região em questão era altamente cobiçada devido a

²⁵ SAMPAIO, Antônio C. J. de. *Op. Cit.*

²⁶ Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel. Brasil, Fronteira de Portugal: negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII). *Anais da Universidade de Évora*. Évora, Separata, n. 8-9, 2001, p. 47-72.

diversos fatores. Sua proximidade com a praça mercantil do Rio de Janeiro facilitava o escoamento da produção açucareira, principal atividade econômica da região. A oferta abundante de mão de obra escravizada era outro atrativo para os investidores, reduzindo os custos de produção, sobretudo pela atuação do porto do Rio de Janeiro como polo central no centro-sul.

Além disso, nossa pesquisa pôde encontrar a atividade de comércio de terras em Santo Antônio de Sá. As freguesias de Tinguá e Itaboraí, duas das mais antigas da região, desfrutavam de uma localização estratégica que facilitava o escoamento de sua produção agrícola para os mercados urbanos. Através dos rios Caceribu e Macacu, esses municípios conseguiam transportar seus alimentos com facilidade, contribuindo para se tornarem importantes centros produtores no final do século XVIII.

A demanda constante por açúcar no mercado externo também contribuiu para elevar os preços das terras e propriedades nesta área. É importante destacar que a fragmentação das propriedades não foi o principal fator de valorização, mas sim a alta demanda por produtos específicos e a localização estratégica da região.

Em 1703, o capitão Inácio de Araújo e José de Andrade Souto Maior firmam um importante contrato de venda, o que se tornaria o início de uma consistente relação comercial. O valor acordado pelo engenho de açúcar para a venda, conhecido como Nossa Senhora da Cabeça²⁷, foi de 27.500 cruzados. A transação incluía não apenas o engenho, mas também 37 escravizados, que eram essenciais para o funcionamento do engenho, além de um grupo de bois necessários para o trabalho agrícola e de transporte. Como garantia para o pagamento dessa quantia substancial, foi estabelecida uma hipoteca sobre o engenho de Gericinó, que servia como um seguro contra o inadimplemento da dívida²⁸.

No entanto, o que se torna particularmente curioso na análise dessas escrituras é a descoberta de uma segunda venda do mesmo engenho. Posteriormente, José de Andrade Souto Maior vendeu o engenho de Nossa Senhora da Cabeça para Inácio Francisco de Araújo. Essa transação adicional revela complexidades nas negociações e na administração de propriedades na época, e pode sugerir uma série de situações, como dificuldades financeiras,

²⁷ Atualmente denominada Fazenda Magepemirim, localizada no município de Magé–RJ.

²⁸ Essa hipoteca era um mecanismo comum na época para assegurar que o vendedor recebesse o pagamento acordado, garantindo assim que o comprador cumprisse suas obrigações financeiras. Cf. Arquivo Nacional, 1º Ofício de Notas, Livro 68.

mudanças nos interesses dos proprietários ou até mesmo estratégias comerciais. Esse detalhe levanta questões interessantes sobre a dinâmica do mercado de engenhos de açúcar e como as garantias e transações eram administradas no período colonial.

Dois anos após a venda do engenho Nossa Senhora da Cabeça para José de Andrade Souto Maior, em 1705, Inácio Francisco de Araújo estabelece um novo contrato significativo. Nesta transação, Araújo firma um contrato de aforamento com Antônio Borges de Madeira, com um prazo de 12 anos. O aforamento é um tipo de arrendamento ou concessão, bastante comum na época, que envolvia a concessão do direito de uso e exploração de um bem, neste caso, um engenho de açúcar, em troca de um pagamento estabelecido.

O engenho de açúcar em questão está localizado em Inhaúma, uma área conhecida por suas plantações e atividades relacionadas ao cultivo da cana-de-açúcar²⁹. O valor acordado para o aforamento é de 6\$750 réis, que, apesar de ser significativamente inferior ao valor de compra do engenho de Nossa Senhora da Cabeça, ainda representa uma quantia substancial. Este valor refletia o custo de uso e exploração do engenho ao longo dos 12 anos do contrato.

O aforamento era um acordo vantajoso para ambas as partes: Inácio Francisco de Araújo garante uma fonte de renda contínua e Antônio Borges de Madeira obtém o direito de operar o engenho sem a necessidade de adquirir a propriedade. Esse tipo de acordo também demonstra a dinâmica econômica do Antigo Regime nos Trópicos, onde a flexibilidade na utilização de recursos, como engenhos de açúcar, era relevante para o sucesso dos empreendimentos coloniais.

As relações comerciais entre Inácio Francisco de Araújo e José de Andrade Souto Maior parecem estar em plena ascensão, evidenciado pelo fato de que mais uma vez temos a presença de transações de terra entre ambos. Este padrão de negócios contínuo sugere uma parceria comercial bem-sucedida e crescente entre os dois indivíduos. A frequência e a continuidade dessas transações indicam um relacionamento comercial estável, como também ressaltam a importância e a confiança mútua estabelecida ao longo do tempo. Uma possível leitura para esses esforços mútuos podem ser sinais de aliança entre as duas famílias envolvidas no trato mercantil, ou seja, o fortalecimento da ação de membros da comunidade mercantil carioca.

²⁹ Arquivo Nacional, 1º Ofício de Notas, livro 70.

A troca de terras entre Inácio Francisco de Araújo e José de Andrade Souto Maior pode refletir diversas dimensões do relacionamento comercial que ambos mantêm. Em primeiro lugar, essa prática pode ser vista como uma estratégia de expansão dos interesses comuns, permitindo que cada um deles amplie suas áreas de atuação e potencialize suas atividades. Ao trocar terras, eles podem acessar novos mercados, aproveitar recursos locais e aumentar a sua influência no setor em que atuam.

Além disso, essa troca pode contribuir para a diversificação de ativos, o que é uma estratégia prudente em um ambiente econômico muitas vezes volátil. Diversificar seus ativos permite que eles mitiguem riscos, aproveitem oportunidades em diferentes segmentos e garantam uma maior segurança financeira a longo prazo. Essa abordagem é especialmente importante em tempos de incerteza, onde a dependência de um único tipo de investimento pode ser prejudicial.

A persistência desses acordos ao longo do tempo não só destaca a solidez da parceria entre os dois, mas também sublinha a importância da confiança mútua que sustenta suas operações comerciais. Essa confiança é essencial para poderem negociar de forma transparente e eficaz, garantindo que ambos os lados sintam-se valorizados e respeitados no processo. A continuidade das trocas sugere que eles desenvolveram um entendimento profundo sobre as necessidades e os objetivos um do outro, o que fortalece ainda mais a relação.

Outrossim, a participação no mercado de terras pode ser uma resposta estratégica às mudanças no mercado e nas condições econômicas. Com o dinamismo do setor agrícola, adaptabilidade é fundamental. Inácio e José, ao se envolverem em tais acordos, demonstram sua capacidade de se ajustar às demandas do mercado, seja por meio da localização estratégica de suas propriedades ou pela otimização de recursos. A dinâmica da troca de terras entre Inácio Francisco de Araújo e José de Andrade Souto Maior não é apenas uma transação comercial, mas sim uma manifestação de um relacionamento mais profundo e estratégico.

Em 1710, José de Andrade Souto Maior vende para Inácio um engenho de açúcar dedicado à Nossa Senhora do Desterro, na Pavuna, pela quantia de 28.500 cruzados³⁰. O engenho, entretanto, não permaneceu por muito tempo nas mãos de Inácio Francisco de Araújo, comercializada apenas 5 anos depois para Capitão Baltazar da Fonseca Homem e

³⁰ Arquivo Nacional, 1º Ofício de Notas, livro 79.

Sebastião Carreira Fidalgo pela quantia 34.500 cruzados, agora a escritura inclui na venda 32 escravos do gentio de guiné e 63 bois.

O capitão Inácio Francisco de Araújo também se destacou como um homem de negócios diversificados, com interesses e participações em outros setores da economia colonial. Conforme identificado ao longo de nosso estudo, ele mantinha envolvimento no comércio de açúcar e aguardente, produtos fundamentais para a economia da época. Uma das parcerias que exemplificam essa atuação é a sociedade que ele firmou com João da Cunha para a produção de aguardente, com um valor registrado de 98.000 réis, localizada em Magé. Essa sociedade atesta o alcance das atividades comerciais de Inácio, que, ao diversificar seus investimentos, ampliava sua influência econômica na região³¹ e a sua múltipla atuação entre a atividade mercantil e a agrária.

Além da atividade de transação de terras, também encontramos Inácio concedendo crédito, o que sugere mais uma forma de atuação enquanto membro da elite colonial. Na tabela a seguir (tabela 1), podemos perceber as diversas escrituras nas quais Inácio participa de alguma forma, ora como comprador, ora como vendedor.

Tabela 1 - Relação de escrituras com participação de Inácio Francisco de Araújo

Transações de Inácio Francisco de Araújo				
Data	Tipo de transação	Descrição	Preço	Localização
21/09/1703	Venda	Engenho de Nossa Senhora da Cabeça	27.500 Cruzados	Magé
07/03/1705	Aforamento	Engenho de São Tiago	6\$250 Réis	Inhaúma
01/03/1708	Compra	Terras	100\$000 Réis	Fernambetiba ³²
04/07/1710	Compra	Engenho de Nossa Senhora do Desterro	28.500 Cruzados	Pavuna
26/09/1715	Venda	Engenho de Nossa Senhora do Desterro	34.500 Cruzados	Pavuna
01/01/1720	Venda	Terras	160\$000 Réis	Magé

³¹ Arquivo Nacional, 2º Ofício de Notas, livro 18.

³² Ao que parece ser Sernambetiba, situada na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim.

01/10/1742	Venda	Terras	936\$000 Réis	Santo Antônio de Sá
------------	-------	--------	---------------	---------------------

Fonte: Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas.

O último documento que o menciona é de 1742, referente a uma transação de terras na vila de Santo Antônio de Sá, o que sugere que ele exerceu o papel de senhor de engenho por 39 anos. Assim, estima-se que sua atuação como negociante tenha ocorrido entre a década de 1680 e o início do século XVIII, presumivelmente.

As indagações sobre a duração de suas ações, tanto como parte da elite mercantil quanto, posteriormente, como membro da elite agrária, levantam questões relevantes. Ao casar-se com Joana de Barros e integrar-se à família de comerciantes de André de Barros Miranda, surge a dúvida: Inácio continuou sua atuação como negociante, estendendo-a até o início do século XVIII, momento em que teria abandonado o comércio para se dedicar exclusivamente ao senhorio de engenho? Ou teria ele exercido simultaneamente atividades nas duas esferas, conciliando o comércio com a gestão agrária?

A resposta a essas questões depende de fontes documentais que, até o momento, não estão disponíveis. No entanto, essas perguntas abrem espaço para uma reflexão importante sobre a flexibilidade dentro da estrutura colonial. A possível transição ou conciliação entre os mundos mercantil e agrário revela que a rigidez social daquela época poderia ser permeável a estratégias de adaptação e diversificação de atividades, permitindo que indivíduos como Inácio navegassem com sucesso em diferentes esferas de poder e influência. Esse tipo de análise é essencial para compreender melhor as dinâmicas sociais e econômicas que moldaram a elite colonial, bem como as oportunidades de ascensão e transformação dentro dessa sociedade.

O trato do açúcar não possibilitava lucros de vulto, mas era importante para alcançar privilégios e favores da Coroa, como isenções fiscais. A lucratividade dos engenhos, lucro e prejuízo não devem ser tomados dentro da noção da racionalidade capitalista, isto é, devem ser analisados dentro da complexidade da estrutura colonial, abandonando simplificações genéricas, como pré-capitalista, buscando entender o trato colonial dentro de sua própria estrutura³³.

³³ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Açúcar e colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.

A trajetória de Inácio Francisco de Araújo revela a complexidade das redes mercantis e agrárias na Capitania do Rio de Janeiro durante o século XVIII. Sua atuação multifacetada como proprietário de terras, senhor de engenho e negociante ilustra como os interesses agrários e mercantis estavam interligados, com indivíduos fluindo entre esses papéis para maximizar suas oportunidades econômicas e assegurar sua posição social. A análise das escrituras de venda e aforamento evidencia a importância das transações de terras e da aliança entre famílias mercantis e agrárias para a consolidação de uma elite poderosa e influente. Essas alianças, muitas vezes formalizadas mediante casamentos, como Inácio Francisco de Araújo e Joana de Barros, demonstram a interdependência entre a atividade mercantil e a posse de terras na formação de uma classe dirigente³⁴.

Considerações finais

Os grupos de pressão que se formavam em torno da Câmara do Rio de Janeiro refletiam a complexidade e a diversidade dos interesses que moldavam a política e a economia local. De um lado, estavam os negociantes, cuja principal atividade era o comércio, enquanto do outro lado se encontravam os proprietários de terras e os membros da elite agrária, cujas fortunas estavam mais diretamente ligadas à produção agrícola, especialmente a produção açucareira. À primeira vista, esses dois grupos poderiam parecer antagônicos, representando interesses diferentes e, em alguns casos, conflitantes. No entanto, essa aparente oposição não captura toda a realidade das interações e sobreposições entre esses atores sociais.

Na prática, muitos indivíduos transitaram entre os dois mundos - o comercial e o agrário - desempenhando papéis tanto como negociantes quanto como senhores de engenho. Essa dinâmica revela a fluidez das fronteiras entre a elite mercantil e a agrária, mostrando que as identidades sociais não eram rigidamente definidas, mas sim interconectadas. A mobilidade social era uma característica marcante desse período, permitindo que pessoas de diferentes origens e ocupações se ajustassem às exigências e oportunidades que surgiam, como também a sua atuação em situações de poder, como na Câmara Municipal.

³⁴ SAMPAIO, Antônio C. J. de. *Op. Cit.*

Assim, um negociante que acumulasse riqueza no comércio poderia decidir diversificar seus investimentos. Ao comprar terras, ele poderia aumentar o seu patrimônio, e atuar como senhor de engenho, uma posição que conferia posição social elevada e acesso a redes de poder político e econômico. Essa intersecção de interesses comerciais e agrários tinha implicações profundas na estrutura social da época. Os senhores de engenho, além de serem proprietários de terras, também eram responsáveis por grandes quantidades de produção agrícola, especialmente de culturas como açúcar, que eram a base para a economia carioca dos séculos XVII e XVIII. A posição que ocupavam lhes conferia influência não só sobre os trabalhadores que labutavam nas plantações, mas também nas decisões políticas e econômicas da região.

Esse movimento era não apenas frequente, mas também estratégico, pois a posse de terras oferecia uma estabilidade e prestígio social que o comércio, por si só, nem sempre assegurava. Por outro lado, os senhores de engenho, já estabelecidos na elite agrária, podiam expandir suas atividades comerciais, especialmente no comércio de produtos agrícolas, como o açúcar. Essa diversificação econômica permitia que esses indivíduos protegessem e ampliassem seu patrimônio, fortalecendo sua influência tanto na esfera econômica quanto na política, facilitada pelos enlaces matrimoniais firmados entre as famílias da comunidade mercantil.

No contexto da estrutura colonial, marcada pelas tensões entre a nobreza da terra, a rede mercantil, a elite agrária e os interesses da Coroa Portuguesa, houve momentos de assimilação, colisão e, por vezes, ruptura. Diante disso, este estudo buscou analisar a trajetória de Inácio Francisco de Araújo, um caso relevante para compreender as diversas formas de transição entre os mundos mercantil e agrário, bem como as práticas do mercado imperfeito de terras. A partir dessa análise, foi possível revelar as interações entre as diferentes estruturas coloniais e o entrelaçamento das redes mercantis, evidenciado pela cooperação mútua entre membros e suas famílias dentro da comunidade mercantil.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**, 1 vol. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **História e Direito: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros no Rio de Janeiro (século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ARQUIVO NACIONAL. 1º e 2º Ofício de Notas do Rio de Janeiro.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (séculos XVIII e XIX). **História: Questões e debates**, Curitiba, n. 36, 2002, p. 379-423.

_____. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista Bicalho; GOUVÉA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **A sociedade perfeita: as origens da desigualdade social no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2024.

FRAGOSO, João; Florentino, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Açúcar e colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.

FRIDMAN, Fania. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. In. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 49, 91-143. São Paulo, 2009.

LIMA, Rui Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. Goiânia: Editora UFG, 2002.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil séculos XVII e XVIII. In. **Tempo**. Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n.2, pp. 132-150, 1996.

_____. História Agrária. In. CARDOSO, Ciro Flamarión; VAINFAS, Ronaldo. (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KULA, Witold. **Problemas y métodos de la historia económica**. Barcelona: Peninsula, 1977.

LOBO, Eulália M. L. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. 2ª ed. amp. Hucitec. São Paulo, 2024.

_____. O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. **Revista de História**, v. 51, n. 101, p. 49–106. São Paulo, 1975.

MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues. **O governo dos engenhos no Recôncavo da Guanabara (Século XVIII)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Economia**, v. 7, n. 3, set/out 2006, pp. 587-605.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade dos setecentos. In: Fragoso, João, Almeida, Carla; Sampaio, Antônio C. J. (org.). **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Na curva do tempo: a economia fluminense na primeira metade do século XVIII. **Mnemosine Revista**, v. 1, p. 134-152, 2010.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. Poder local entre ora et labora: a casa beneditina nas tramas do Rio de Janeiro seiscentista. **Revista Tempo**, v. 18, n. 32, p. 69–94, 2012.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. Tese (Doutorado em Sociologia). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995.

_____. Brasil, Fronteira de Portugal: negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII). **Anais da Universidade de Évora**. Évora, Separata, n. 8-9, 2001, p. 47-72.

PEDROZA, M. Passa-se uma engenhoca: ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). **Varia Historia**, v. 26, n. 43, p. 241–266, jun. 2010.